



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Gabinete da Desembargadora Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira

ACÓRDÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N. 0000545-08.2008.815.0031

ORIGEM: Vara Única da Comarca de Alagoa Grande

RELATOR: Juiz Tercio Chaves de Moura, convocado, em substituição à Des^a Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira

EMBARGANTE: Estado da Paraíba

PROCURADOR: Júlio Tiago de C. Rodrigues

EMBARGADA: Maria de Lourdes Felipe da Silva

ADVOGADO: Edson Batista de Sousa

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REPARAÇÃO DE DANOS. BARRAGEM DE CAMARÁ. SUPOSTA OMISSÃO NO TOCANTE À INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO TRIENAL. INEXISTÊNCIA DO VÍCIO APONTADADO. JUÍZO DE ORIGEM QUE, ANTES DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA, APRECIOU AS PRELIMINARES LEVANTADAS PELOS RÉUS. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. REJEIÇÃO.

1. Os embargos de declaração, em razão do caráter restrito de sua devolutividade, servem apenas para corrigir eventual obscuridade, omissão, contradição, ou sanar erro material existente na decisão judicial, e não para rediscutir a matéria já analisada nos autos.

2. Devem ser rejeitados os embargos de declaração quando não identificados os vícios apontados pelo embargante.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos.

ACORDA a Segunda Câmara Especializada Cível do Egrégio

Tribunal de Justiça da Paraíba, **à unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios.**

Tratam os autos de ação de reparação de danos materiais e morais ajuizada por MARIA DE LOURDES FELIPE DA SILVA contra o ESTADO DA PARAÍBA, ANDRADE GALVÃO ENGENHARIA LTDA, CRE ENGENHARIA LTDA e HOLANDA ENGENHARIA LTDA, em decorrência do rompimento da Barragem de Camará, fato ocorrido em 17/06/2004.

Na contestação, o Estado da Paraíba arguiu a preliminar de inépcia da inicial e a prejudicial de prescrição trienal (art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil).

No mérito sustentou que o termo de recebimento da verba indenizatória é prova de fato extintivo da pretensão autoral. Alegou que se aplica ao caso a teoria da culpa administrativa, sendo necessária a prova de que o Estado da Paraíba atuou com culpa, o que não ocorreu. Sustentou a inexistência de prova dos danos materiais. Por fim, caso se entenda devida a indenização por danos morais, pediu que seja arbitrada de forma equitativa (f. 27/57).

Já a Andrade Galvão Engenharia suscitou as preliminares de prescrição trienal, bem como inépcia da inicial por falta de documentos essenciais à propositura da demanda. No mérito afirmou a inexistência de responsabilidade.

O Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Alagoa Grande-PB, na decisão de f. 321/323, deliberou sobre as preliminares arguidas, reconhecendo a ocorrência da prescrição de reparação civil em relação a CRE Engenharia LTDA, a Andrade Galvão Engenharia LTDA e a Holanda Engenharia LTDA, com fulcro no art. 269, inciso IV, do CPC/1973 c/c o art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil.

No tocante às preliminares suscitadas pelo Estado da Paraíba, o Juiz de primeiro grau rejeitou a de inépcia da inicial e a de prescrição trienal, uma vez que qualquer crédito/ação contra a Fazenda Pública prescreve em cinco anos. As partes foram intimadas dessa decisão (f. 324) e não houve recurso.

Na sentença (f. 338/341) o Juiz fez menção à decisão acima referida, que enfrentou as prefaciais, condenando o Estado da Paraíba por danos materiais (R\$ 15.000,00) e morais (R\$ 20.000,00).

No recurso apelatório que interpôs, o Estado da Paraíba aduziu a inépcia da inicial, suscitando a ocorrência de pedido genérico. No mérito arguiu que o termo de recebimento de verba indenizatória é prova de fato extintivo da pretensão autoral, e que, no caso, aplica-se a teoria da culpa administrativa, sendo necessária a prova de que atuou com culpa, o que não ocorreu. Sustentou a inexistência de prova dos danos materiais e pediu que, caso o Tribunal entenda que a indenização pelos danos morais é devida, seu valor seja reduzido (f. 352/364).

Sobreveio acórdão (f. 398/406) rejeitando a preliminar de inépcia da inicial e desprovendo o recurso apelatório, à unanimidade.

O ESTADO DA PARAÍBA opôs embargos de declaração (f. 408/415), sustentando, em síntese, que a decisão incorreu em omissão, uma vez que esta Corte de Justiça não se pronunciou acerca da prescrição alegada na sua apelação, bem como no tocante ao termo de acordo e recebimento de verba indenizatória pela parte autora quando do sinistro.

Sem impugnação aos embargos (f. 419).

É o breve relato.

VOTO: Juiz Convocado TERCIO CHAVES DE MOURA
Relator

Extraí-se dos embargos de declaração que o Estado da Paraíba suscitou omissão, na medida em que esta Corte de Justiça permaneceu silente com relação à análise da prescrição trienal, fato que ensejaria, em relação a si, a extinção do feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, inciso IV, do antigo Código de Processo Civil (1973).

Compulsando os autos, observa-se que o Juízo de base, antes de julgar o mérito da causa, na decisão de f. 321/323, apreciou as preliminares de prescrição levantadas pelos réus do processo, rejeitando a prefacial suscitada pelo ora embargante. Salientou, naquela oportunidade, que o prazo para o ajuizamento de cobrança de crédito contra a Fazenda Pública seria o quinquenal.

Ressalte-se que não houve recurso contra a referida decisão, razão por que essa temática foi envolta pelo manto da preclusão, sendo insuscetível de ser modificada, razão por que é prescindível manifestação deste Tribunal de Justiça a esse respeito, não havendo que se falar em

omissão.

Em outras palavras, havendo decisão judicial sobre determinada questão, ainda que de ordem pública, sem que seja manejado o competente recurso, não pode essa mesma tese ser rediscutida, como se tem pronunciado reiteradamente o Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ANTERIOR JULGAMENTO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. PRECEDENTES. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. **1. Nos termos da jurisprudência firmada neste Superior Tribunal de Justiça, ocorre a preclusão consumativa mesmo quando se tratar de matéria de ordem pública (liquidez do título executivo) que tenha sido objeto de anterior decisão já definitivamente julgada.** 2. O Tribunal de origem, após análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu que a matéria levantada na exceção de pré-executividade foi alcançada pela coisa julgada. Assim, a pretensão de modificação do julgado envolve necessariamente reexame de prova, situação vedada em recurso especial, a teor da Súmula nº 7 do STJ. 3. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1487080 PR 2014/0166675-1, Relator: Ministro MOURA RIBEIRO, Data de Julgamento: 21/05/2015, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/05/2015).

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTEMPESTIVOS. NÃO INTERRUPTÃO DO PRAZO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ANTERIOR JULGAMENTO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. SÚMULA N. 83/STJ. **1. Ocorre a preclusão consumativa mesmo quanto a matéria de ordem pública que tenha sido objeto de anterior julgamento sem impugnação da parte.** 2. A oposição dos embargos de declaração intempestivos não interrompe o prazo para interposição de outros recursos. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1.331.805/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, julgado em 9/12/2014, DJe 12/12/2014 - sem destaque no original) AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. PRESCRIÇÃO. QUESTÃO APRECIADA E REJEITADA. RENOVAÇÃO DA ALEGAÇÃO. INADMISSIBILIDADE. OCORRÊNCIA DE PRECLUSÃO. PRECEDENTES. 1. Por ser matéria de ordem pública, a prescrição pode ser alegada a qualquer momento e em qualquer grau de jurisdição. Entretanto, incidirá a preclusão se já

houver pronunciamento judicial a respeito da questão, não tendo sido interposto recurso próprio e tempestivo, sendo inadmissível o ressurgimento posterior da controvérsia. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no AgRg no REsp 1.133.794/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 9/12/2014, DJe 15/12/2014).

Frise-se que a prescrição, na hipótese descrita nos autos, **não** se encontra dentre aquelas matérias que deveriam desaguar na Corte por força do reexame necessário. Primeiro, porque foi analisada em sede de decisão interlocutória; segundo, porque, uma vez que foi não hostilizada pelo competente agravo de instrumento, **tornou-se matéria preclusa**, sendo vedado ao Tribunal reanalisá-la ou modificá-la.

Assim, inexistindo omissão a ser sanada no acórdão, entendo que os aclaatórios devem ser rejeitados nessa temática.

O embargante alega ainda que houve omissão no tocante ao termo de acordo e recebimento de verba indenizatória pela parte autora.

Conforme se verifica nos autos, esta relatoria entendeu que o pagamento de quantia à autora, na **esfera administrativa**, não representa renúncia do direito indenizatório postulado, sendo plenamente possível o requerimento judicial da complementação de tal valor pelos danos de natureza material e moral, conforme consignado na sentença.

Para ilustrar, segue trecho do aresto embargado (f. 402):

Além do mais, não merece guarida a alegação do apelante de que o termo de acordo e pagamento de indenização seria suficiente para dar quitação às suas obrigações em relação à apelada.

Portanto, inexistente omissão a ser sanada.

A redação do art. 1.022 do CPC/2015 é bastante clara quando diz que os embargos declaratórios são cabíveis para sanar omissão, obscuridade ou contradição que poderiam vedar a interposição de recursos contra a decisão, diante da dificuldade de compreensão ou mesmo da omissão sobre ponto que deveria ter sido enfrentado. Além disso, é totalmente descabida a alegação da parte embargante, uma vez que o acórdão é bastante claro e abordou, de forma coerente, todos os pontos necessários para a solução da lide.

Ressalte-se que não há vício no acórdão que, dentre várias teses debatidas no feito, escolhe e acolhe uma para prover ou desprover o pedido, sendo desnecessário que o órgão julgador responda a todos os argumentos das partes ou se pronuncie sobre todos os dispositivos legais supostamente aplicáveis ao caso, como os mencionados pelo embargante.

Assim, evidencia-se que os vertentes embargos pretendem, na prática, rediscutir os fundamentos que embasaram a decisão editada nos autos, ensejando sua rejeição por se arredarem claramente das hipóteses elencadas no art. 1.022 do CPC/2015, máxime quando tentam modificar o *decisum* guerreado por meio de efeitos infringentes.

Trago julgado do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema:

PROCESSO CIVIL. **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. 1. Não são cabíveis os embargos de declaração cujo objetivo é ver reexaminada a controvérsia. 2. Não prosperam os aclaratórios quanto ao pretendido prequestionamento de dispositivos constitucionais, pois não cabe ao Superior Tribunal de Justiça examinar na via especial, a título de prequestionamento, eventual violação de dispositivo constitucional, por ser competência reservada pela Constituição da República ao Supremo Tribunal Federal. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg nos EREsp 1419355/BA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/03/2015, DJe 30/03/2015).**

Ausente, destarte, a omissão apontada, impõe-se a rejeição dos presentes aclaratórios.

Diante do exposto, **rejeito os embargos de declaração.**

É como voto.

Presidiu a Sessão o Excelentíssimo Desembargador **ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS**, que participou do julgamento com **ESTE RELATOR** (Juiz de Direito Convocado, com jurisdição plena, em substituição à Excelentíssima Desembargadora MARIA DAS NEVES DO EGITO DE A. D. FERREIRA) e com o Excelentíssimo Desembargador **OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO**.

Presente à Sessão a Excelentíssima Doutora **LÚCIA DE FÁTIMA MAIA DE FARIAS**, Procuradora de Justiça.

Sala de Sessões da Segunda Câmara Especializada Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa/PB, 14 de junho de 2016.

Juiz Convocado TERCIO CHAVES DE MOURA
Relator